



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

ATA DE REUNIÃO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2020

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se, por videoconferência, em reunião extraordinária, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, sob a presidência do Pró-Reitor Paulo Tetuo Yamamoto, com a presença dos seguintes dirigentes: Adriano Silva, Amarildo Magalhães, Ana Claudia Radis, Anderson Coldebella, Aparecida Gaion, Carlos José Dalla Nora, Carlos Alberto Pereira do Rosário, Celso Luiz Buiar, Ciro Bachtold, Cleber Serafin, Débora Reis, Eliane Mesquita, João Madureira, Joaquim de Lima, José Barbosa Dias Junior, Karina Ferrari (substituindo Carlos Zanatta), Kleber Michalichem, Leocádia Silva, Livia Facuri, Luis Leonardo Siqueira (substituindo Ricardo Rodrigues de Souza), Luiz Carlos Eckstein, Marcelo Estevam, Marcelo Poletti, Márcio dos Santos, Marcos Barbosa, Marcos Paulo Rosa, Mateus das Neves Gomes, Nelson Castro Neto, Onivaldo Junior, Patricia Bortolini, Paulo Fortes Junior, Paulo Yamamoto, Pierre Alves, Roberto Bianchi, Rodolfo Fiorucci, Rubens Felipe Ribeiro, e Thiago do Nascimento, Vicente Estevam Sandeski. Justificaram ausência: Carlos Zanatta e Rafael Poltronieri, Como convidada participou: Karina Bonilaure. O Presidente, Odacir Zanatta, que entrou no início da reunião, deu as boas-vindas a todos e informou que a pauta principal da reunião é sobre as atividades pedagógicas. Pontuou as informações das mídias e os debates da Comissão, e tudo indica que o isolamento seguirá durante o mês de junho. A previsão é que a partir de 1o de julho retomaremos com as atividades presenciais com muito zelo e planejamento. Ressaltou que nos próximos 30 dias será flexibilizado a abertura das unidades, com a possibilidade de abertura até 3 vezes na semana, para que algumas atividades possam ser retomadas no campus. No mês de julho, as atividades serão retomadas sem a presença dos nossos estudantes. Em 15 de julho, os professores estarão em férias, e em agosto, caso esteja tudo dentro da normalidade, começaremos com o retorno das atividades, com muita cautela. Pontuou que foi discutido no Conif que as atividades remotas com ensino híbrido, serão cada vez mais comum. O Presidente Odacir Zanatta, pediu licença para se ausentar, pois tem outra reunião agendada. O Presidente substituto, Professor Paulo Yamamoto, informou sobre o Orçamento PLOA 2021, que a proposta está em fase de aprovação. Informou que encerrou a previsão orçamentaria da folha 2021, e que foi encaminhado para a SOF para análise. Sobre Emendas Parlamentares 2021, o prazo final deve ser em setembro ou outubro. Sobre a Plataforma Nilo Peçanha pontuou que vai divulgar os dados do exercício 2019 provavelmente em junho, e que será compartilhado com todos os diretores. Sobre a Execução Orçamentaria de 2020, informou que tem um pedido da SPO para que agilize o pagamento das despesas, pois os pagamentos estão muito baixos. Sobre a PLN08, informou que foi aprovada no Congresso Nacional, e grande parte para pagamento dos benefícios. Por fim, informou que o pedido de alteração orçamentária vai até 28 de maio. Aqueles que quiserem fazer alguma migração, devem formalizar o pedido até essa data. Karina Bonilaure destacou a importância do trabalho que a Comissão vem realizando. Pontuou a necessidade de fazer um trabalho conjunto com os Diretores. Destacou sobre os Comunicados da Comissão, sobre itens de compra. Informou que foi feito um comunicado sobre alguns itens de segurança, destacou que se algum diretor tiver alguma dificuldade na decisão da compra, que entre em contato com a Comissão, que consultará os profissionais da saúde de alguns campi, que estão colaborando com os trabalhos. Pontuou também que foi enviado um outro comunicado sobre a higienização dos ambientes, que deve ter uma higienização adequada, conciliando os contratos com as empresas de limpeza. Solicitou ajuda dos diretores para que respondam o questionamento enviado. Destacou sobre o protocolo comportamental que será importante dentro da nova rotina no retorno

das atividades nos campi. Pontuou que será realizada uma reunião com o Reitor, que a Comissão recomendará mais 60 (sessenta) dias de suspensão das atividades. Ressaltou a necessidade de preservar o grupo de risco, que deve continuar com as atividades remotas. Pontuou, na possibilidade de retorno, que deverá ser gradativo. Marcelo Estevam pontuou sobre o lançamento do edital do IFMAKER, que está sendo conduzido pela Agif (Agência de Inovação). Informou sobre o primeiro registro do computador no IMPI relacionado ao Covid. É um sistema que faz a extração de dados oficiais referentes ao Covid. Na Ordem do Dia, sobre as Atividades Pedagógicas, Amarildo Magalhães apresentou as ações que foram realizadas até o momento. Apresentou os campi que realizaram atividades (Barracão, Cascavel, Coronel Vivida, Foz do Iguaçu, Irati e Telêmaco Borba), que somaram 443 componentes curriculares. Assis Chateaubriand e Paranavaí estão em consolidação. E, por fim, destacou que dois campi formalizaram a não adesão às atividades neste momento. A proposta é que as atividades pedagógicas não presenciais continuem. Que o período de referência às atividades seja de 01 de maio até o último dia da suspensão do calendário acadêmico. Ressaltou a necessidade de respeitar o limite de carga horária de cada componente no período de referência conforme o calendário vigente. Ressaltou a importância da sensibilidade pedagógica nesse momento. Destacou a prioridade à interdisciplinaridade e à transversalidade. Marcelo Estevam pontuou sobre as atividades não presenciais na pós graduação, que a situação é um pouco mais tranquila. Ressaltou que está sendo seguidas as diretrizes da Proens. Pontuou que no total são 21 cursos de especialização. Por fim, destacou as barreiras que existem nos cursos de especialização, entre elas, a dificuldade de acesso aos recursos. Marcos Barbosa, sobre a educação a Distância, referente ao edital 77 que encontra-se suspenso, pontuou que a minuta de retificação está praticamente pronta. Pontuou que estão terminando de desenhar os modelos de editais. Pontuou sobre o curso de Aulas a Distância por Meios de Tecnologias Digitais, que foi uma ação da diretoria de educação a distância, para subsidiar os professores e servidores dos campi, e que já constam mais de 800 (oitocentos) alunos cursando. Celso Buiar solicitou que as atividades não retornem antes do mês de agosto, considerando que o inverno está próximo. Nelson Castro destacou as ações do grupo de trabalho da mediação. Pontuou que estão buscando o máximo a equidade das atividades remotas. Pontuou que foi realizada reunião com os representantes dos alunos, que a preocupação também é a execução das atividades remotas, e que a maioria solicita essas atividades, mas que devem ser apresentadas com muita cautela, principalmente os componentes mais difíceis. Ressaltaram a necessidade de flexibilização para os alunos que não tiveram acesso a essas atividades. Referente ao auxílio digital, informou que as informações foram enviadas à Setec. Foi solicitado auxílio para 38,8% do total das matrículas, para que tenham acesso ao plano de dados. Rodolfo Fiorucci questionou se algum professor poderia continuar as atividades, pois o calendário está suspenso. Outra questão levantada, é se o Campus Jacarezinho deve seguir os fluxos recomendados, pois o campus já possui um fluxo próprio. Por fim, questionou o motivo de manter o calendário suspenso, sendo que será aplicado atividades válidas. Amarildo pontuou que consta uma planilha compartilhada com os diretores que estão informando as atividades que estão sendo realizadas. Em resposta ao questionamento do Rodolfo, pontuou que o que vale é o plano de ensino que o professor propôs para o ano de 2020. Que é necessário analisar o PPC do curso, e selecionar o que pode ser trabalhado como atividades não presenciais. Sobre o fluxo, tanto a Resolução quanto a Portaria, destacam a necessidade de discussão junto ao colegiado e encaminhado à direção de ensino. Por fim, pontuou a importância de manter o calendário suspenso, pois não está sendo obrigatório a realização das atividades presenciais. Nelson pontuou que o auxílio mencionado é para os alunos presenciais e também do ensino a distância. Onivaldo Júnior explicou que a previsão é cada aluno consuma 1 (um) giga por aluno, diferente do Estado que planejou 700 mega. Pontuou que o sistema estará dentro de um aplicativo, e que dentro desse aplicativo não será contabilizado o plano de dados disponibilizado. Livia pontuou quanto à possibilidade de retorno, que o Campus tem professores que moram em outras cidades e outros estados. Questionou se a comissão avaliará esses casos. Pontuou que no formulário enviado para qualificação do grupo de risco, as gestantes não foram contempladas. Patricia Bortoline questionou se há previsão de emissão da nova Portaria. Débora destacou que em Palmas, por ser muito frio, que tem muitos alunos e servidores que moram em outras cidades e estados, e que realizar a abertura do campus nesse momento é temerário, e que seja revisada essa possibilidade. Questionou sobre a contratação da equipe que daria apoio ao Napne. Karina esclareceu que o que foi mencionado pelo Professor Odacir, não foi dialogado com a Comissão, que se reunirá amanhã com o

Reitor. Destacou que algumas atividades que estão sendo realizadas nos campi e não estão contempladas pela Resolução. Que é necessário mencionar que existem essas atividades nos campi, que são reconhecidas, que são preferencialmente remotas e que devem ser feitas por pessoas que não pertencem ao grupo de risco. E que a recomendação será no mínimo 60 dias para que não ocorra nenhuma atividade acadêmica. Com relação ao questionário enviado, para pesquisa do grupo de risco, a gestante não se enquadrava naquele momento, mas que nesse momento ela faz parte, e que a característica do grupo de risco está se alterando, conforme informações que os especialistas pontuam. Eliane Mesquita pontuou que no retorno das atividades, existirão 3 (três) grupos de servidores: os que poderão retornar às atividades; os que permanecerão em trabalho remoto, por pertencer ao grupo de risco; e, o grupo dos servidores que estarão de posse de seus atestados médicos, declarando que não podem voltar às atividades. Quanto à contratação do pessoal de apoio para auxiliar os alunos de necessidades especiais, ela foi exaurida em todas as tentativas possíveis pela

Progepe junto à Setec e junto ao Ministério da Economia, para contratação efetiva ou cargos temporários. Esses Órgãos têm reforçado, que essa contratação para auxílio de alunos com necessidades especiais, já está contemplada pela portaria de terceirização. Dessa forma, a terceirização foge da alçada da Progepe. Pontuou que foi formada, na Reitoria, uma Comissão Estruturante para o planejamento de contratação, composta pelos demandantes, Proens, Proad e Proplan. Com relação à nova Portaria, Amarildo informou que será feita uma nova leitura, tanto da Portaria como da Resolução, mas que nesse momento não há intenção de editar um novo documento, e sim, somente prorrogar os documentos já existentes. Quanto às contratações, pontuou que o processo está em fase de instrução, conforme a IN05, e que essa fase será finalizada em meados de junho, para posterior encaminhamento à Proad, para licitação. Anderson questionou sobre a aquisição dos smartphones para os alunos que não possuem o aparelho. Pontuou que no Campus Foz do Iguaçu, ocorreram 52 (cinquenta e dois) componentes de curso. José Barbosa questionou sobre a necessidade de contratação dos professores substitutos que estava previsto, devido aos professores que encontram-se em licença. João Cláudio Madureira pontuou quanto à confusão da pauta. Que não ficou claro o objetivo da reunião. Ressaltou o excelente trabalho da Comissão de acompanhamento do Covid-19, mas que não tinha necessidade dessa reunião pois ainda não foi feito o alinhamento com o Reitor. Por fim, pontuou sobre o rito normativo, e que há necessidade de uma publicação de uma nova Portaria, que altera, no mínimo, o Artigo 1o, prorrogando o prazo. Marcos Paulo Rosa pontuou que um aluno do campus Goioerê foi diagnosticado com Covid-19. Vicente

Sandeski pontuou que o objetivo da reunião não ficou claro. Por fim, pontuou a necessidade de reeditar a Portaria de suspensão, contemplando algumas especificidades de cada campus, pois em alguns casos, é necessário ir até o campus. Amarildo ressaltou que haverá uma Portaria prorrogando o prazo, mas que ela não será inovada. Quanto a ida de servidores aos campi, isso não será tratado na Portaria da Proens. Nelson Neto, sobre os equipamentos, explicou que junto à Setec foi solicitado somente o pacote de dados. E, se em um segundo momento houver necessidades de equipamentos, será feita a solicitação. Onivaldo pontuou que a velocidade da internet é com base o pacote de dados, e que depende de cada região. Quanto aos equipamentos, já estão sendo verificados junto à Claro, caso consigam recursos para aquisição. Eliane pontuou que será feita uma videoconferência com a Setec e a SOF, para tratar da questão orçamentária. Pontuou que foi apresentado, na última reunião presencial do Codir, o ofício que proíbe o aumento de despesa com pessoal. Sobre a possibilidade de trabalho presencial, lembrou que a Portaria número 40, da Progepe, publicada em março, menciona sobre os trabalhos que são possíveis serem feitos da maneira remota, e quando não há possibilidade de fazer o trabalho remoto, cabe ao chefe imediato convocar os servidores, que deverão trabalhar em turnos de revezamento. Karina Bonilaure ressaltou que dentro da recomendação da comissão ao Reitor, está previsto recomendar a flexibilização referente às atividades que são consideradas essenciais. Ciro pontuou quanto à restrição de acesso ao campus. Que precisa ser prevista a possibilidade de acesso às unidades, para as atividades estritamente necessárias. Apesar de estar previsto na Portaria, seria mais prudente a previsão na Resolução assinada pelo Reitor. O presidente colocou os encaminhamentos em deliberação: prorrogação da suspensão das atividades por no mínimo 60 (sessenta) dias; e, prorrogação das atividades não presenciais, que foram aprovadas por unanimidade. Na Comunicação dos Conselheiros, Ana Radis questionou sobre a PLN08, se já consta liberada no sistema, e sobre a folha de

pagamento 2021, quanto às previsões de contratações previstas nas PACs. O presidente pontuou sobre a PLN08 que está para ser sancionada pelo Presidente e publicação, que até o momento ainda não saiu. Informou os valores aprovados: R\$ 343,6 bilhões, e para o IFPR R\$ 20,5 milhões para o custeio e R\$ 4,8 milhões para complemento da assistência estudantil. Quanto à possibilidade de contratação de docentes, pontuou a dificuldade de contratação de servidores técnicos, que tentarão realizar uma reunião com a SPO, para verificar a possibilidade de convocar os aprovados do último concurso. Eliane pontuou sobre a composição dos gastos com pessoal para 2021, que considera o pessoal que já está dentro da instituição. Em um segundo momento, é a previsão de novas contratações, que é tratada como um anexo especial, que inclui a projeção das vagas a serem providas em 2021, para atendimento das PACs. Vicente pontuou que deve ser contemplado nos documentos normativos a possibilidade de entrar nos campi. Que conste, nesses documentos, a flexibilização de entrada nas unidades. Eliane pontuou sobre a Portaria no 740 da Progepe, e ressaltou o Artigo 4o, que em caso de impossibilidade da execução remota das atividades, cabe ao chefe imediato convocar os servidores, que deverão trabalhar em turnos de revezamento. Ciro questionou sobre a hierarquia legal, pois o Reitor publicou um documento, através da Resolução no 02, que é superior a qualquer outro documento normativo, que menciona a proibição das atividades presenciais e essenciais. Karina ressaltou que na nova recomendação da Comissão da Covid-19, ficará clara essa flexibilização. O presidente em exercício, informou que essa demanda será reforçada na reunião junto ao Reitor. Nelson informou que foi encaminhado uma planilha para preenchimento dos diretores. Esgotada a pauta, o Presidente agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião às 17h15, da qual eu, Dannel Antonietto Chagas, da Secretaria dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada será assinada pelo Presidente e demais presentes.

Odacir Antonio Zanatta

Adriano Silva

Amarildo Pinheiro Magalhães

Ana Claudia Radis

Anderson Coldebella

Aparecida Gaion

Carlos José Dalla Nora

Carlos Alberto Pereira do Rosário

Celso Luiz Buiar

Ciro Bachtold

Cleber Serafin

Débora Reis

Eliane Mesquita

João Claudio Madureira

Joaquim de Lima

José Barbosa Dias Junior

Karina Bonilaure

Karina Ferrari

Kleber Michalichem

Leocádia Silva

Lívia Facuri
Luis Leonardo Siqueira
Luiz Carlos Eckstein
Marcelo Estevam
Marcelo Poleti
Márcio dos Santos
Marcos Barbosa
Marcos Paulo Rosa
Mateus das Neves Gomes
Nelson Castro Neto
Onivaldo Junior
Patricia Bortolini
Paulo Fortes Junior
Paulo Yamamoto
Pierre Alves
Roberto Bianchi
Rodolfo Fiorucci
Rubens Felipe Ribeiro
Thiago do Nascimento
Vicente Estevam Sandeski